

ANÁLISE GLOBAL

Durante 2020 o mundo foi abalado pela COVID-19. A pandemia e algumas das medidas tomadas para a enfrentar tiveram um efeito devastador sobre as vidas de milhões de pessoas, mas também revelou, e por vezes agravou, padrões existentes de abusos e desigualdades. Alguns desses abusos e desigualdades tiveram raízes na discriminação com base na raça, no género ou noutros fundamentos, que frequentemente se intersetaram e tornaram algumas comunidades e grupos especialmente vulneráveis. Esses abusos e desigualdades foram salientados e vigorosamente desafiados por movimentos de pessoas como o ‘Black Lives Matter’ e campanhas pelos direitos das mulheres, cuja resiliência conduziu a algumas vitórias arduamente conquistadas. A pandemia evidenciou o impacto negativo nos direitos humanos de anos de crises políticas e financeiras e de várias falhas nos sistemas globais de governação e cooperação, que alguns Estados exacerbaram ao fugirem às suas responsabilidades ou atacando instituições multilaterais. Estas dinâmicas foram ilustradas por tendências em três áreas: violações dos direitos à vida, saúde e proteção social; violência baseada no género e ameaças aos direitos sexuais e reprodutivos; e repressão de dissidência.

Entretanto, tanto em conflitos de longa data como novos, forças governamentais e grupos armados levaram a cabo ataques indiscriminados e dirigidos contra civis, matando milhares de pessoas, e causaram ou prolongaram deslocações em massa e outras crises humanitárias. Apesar de se assinalarem algumas condenações por crimes de guerra e crimes contra a humanidade, a impunidade em tempos de guerra e de paz permaneceu a norma e, em alguns países, o estado de direito foi deteriorado. Milhões de pessoas sofreram com desastres exacerbados pela crise climática.

O quadro global foi o de um mundo em desordem. Contudo, na criação de medidas com vista à recuperação da pandemia e de outras crises de direitos humanos, os líderes têm uma oportunidade de renovar a cooperação internacional e moldar um futuro mais justo.

VIDAS, SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

A COVID-19 matou pelo menos 1.8 milhões de pessoas em todo o mundo em 2020. Os sistemas de saúde e programas de proteção social, enfraquecidos por décadas de desinvestimento e por uma ausência de preparação, estavam mal equipados para responder a uma crise desta magnitude. Os rendimentos dos trabalhadores foram afetados por situações crescentes de desemprego e inatividade, ao mesmo tempo que o número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar aguda duplicou para 270 milhões.

Os governos falharam em proteger adequadamente os profissionais de saúde e outros trabalhadores essenciais. Milhares perderam as suas vidas devido à COVID-19 e muitos outros adoeceram gravemente devido a escassez de equipamento de proteção individual (EPI). A Amnistia Internacional documentou alegações de que autoridades estatais assediaram ou intimidaram profissionais de saúde e outros trabalhadores essenciais no contexto da pandemia em 42 dos 149 países que monitorizou; alguns enfrentaram represálias, incluindo detenção e demissão, por levantarem preocupações quanto à sua segurança ou às condições de trabalho. As mulheres profissionais de saúde e dos cuidados foram particularmente afetadas, já que constituíam 70% da mão-de-obra global no setor da saúde e no social, onde já sofriam uma disparidade salarial de género significativa.

Algumas medidas governamentais para enfrentar a COVID-19 tiveram um impacto discriminatório sobre grupos marginalizados. Confinamentos e recolheres obrigatórios levaram a números particularmente elevados de trabalhadores na economia informal a perderem os seus rendimentos sem recurso a uma proteção social adequada. Visto que dominavam o setor, as mulheres e raparigas foram desproporcionalmente afetadas. Outra medida, a introdução de educação exclusivamente online sem assegurar o acesso a tecnologia apropriada, colocou em desvantagem muitos alunos de grupos marginalizados. As mulheres arcam desproporcionalmente com a responsabilidade do ensino em casa, bem como de outros cuidados não pagos resultantes do encerramento de serviços públicos, incluindo o cuidado de parentes em situação de doença.

Além disso, a COVID-19 agravou a já precária situação de refugiados e migrantes, retendo alguns em campos ou centros de detenção degradados e deixando outros bloqueados pelo encerramento de

fronteiras. Em 42 dos 149 países monitorizados pela Amnistia Internacional, houve relatos de refugiados e migrantes a serem sujeitos a *refoulement*. Embora alguns governos tenham dado passos para libertar reclusos para conter a disseminação da COVID-19, condições de sobrelotação e anti-higiênicas em lugares de detenção colocaram reclusos em perigo. A continuação de despejos forçados (a Amnistia Internacional registou alegações dos mesmos em 42 dos 149 países que monitorizou) aumentou a exposição de pessoas ao vírus ao torná-las sem-abrigo.

Em muitos países, minorias étnicas e povos indígenas tiveram taxas desproporcionalmente elevadas de infecção e morte, em parte devido a desigualdades pré-existentes e à falta de acesso a cuidados de saúde. Figuras políticas e religiosas estigmatizaram grupos marginalizados, culpando-os pela disseminação do vírus. Entre os alvos estiveram pessoas muçulmanas, em alguns países sul asiáticos, e pessoas LGBTI em vários países africanos e europeus.

Quando a COVID-19 foi declarada como pandemia, os Estados referiram consistentemente a necessidade urgente de conter, mitigar e derrotar a pandemia com respeito integral pelos direitos humanos. Embora o Plano COVAX, da Organização Mundial de Saúde (OMS), tenha representado uma iniciativa global positiva dirigida a garantir que mais países podiam aceder a vacinas, esta foi minada pela não-participação da Rússia e dos EUA, pelo açambarcamento de vacinas por países ricos e pela falha das empresas em partilharem a sua propriedade intelectual. Mais de 90 países introduziram restrições à exportação, afetando bens incluindo equipamento médico, EPI, produtos farmacêuticos e alimentos.

Alguns dos países mais ricos também bloquearam a adoção de uma proposta na Organização Mundial do Comércio para uma renúncia temporária da propriedade intelectual para produtos COVID-19, que foi desenhada para facilitar o seu acesso universal. O desacordo no Conselho de Segurança das Nações Unidas entre os EUA e a China quanto à menção à OMS atrasou durante três meses a aprovação de uma resolução sobre um cessar-fogo global para apoio à resposta à COVID-19. Embora o G20 tenha acordado uma suspensão limitada de pagamentos de dívida dos países mais pobres, ficou bastante aquém do seu reafirmado objetivo de uma resposta coordenada em grande escala.

Para reafirmarem a cooperação internacional e cumprirem as suas obrigações de direitos humanos, todos os governos devem assegurar que as vacinas para a COVID-19 estão disponíveis e acessíveis a toda a gente e torná-las gratuitas nos locais de prestação de serviços de saúde. Devem igualmente apoiar o desenvolvimento de um fundo de proteção social global assente em padrões de direitos humanos. Os países ricos e as instituições financeiras internacionais devem garantir que todos os Estados têm os recursos necessários para responder à pandemia e dela recuperar, incluindo através da suspensão e cancelamento de dívida.

VIOLÊNCIA COM BASE NO GÉNERO

No Koweit, na Coreia do Sul e no Sudão foi aprovada nova legislação para combater a violência contra as mulheres e raparigas. Alguns países, incluindo a Croácia, a Dinamarca, a Holanda e a Espanha, deram passos para melhorar as suas leis sobre violação para as tornar baseadas no consentimento. Em vários países africanos houve desenvolvimentos judiciais sem precedentes para acabar com a impunidade para violação e outras formas de violência sexual, em situações paz e de conflito. A União Africana parecia pronta para preparar um novo tratado regional para combater a violência contra as mulheres. No entanto, a implementação da Convenção de Istambul (o tratado equivalente do Conselho da Europa), foi obstruída em três Estados-membros.

Na prática, a violência com base no género - incluindo assassinatos de “honra” e violência baseada em casta, violência doméstica e violência sexual - permaneceu em níveis elevados de forma alarmante em todo o mundo, e as autoridades falharam na generalidade em adotar medidas adequadas para a prevenir, para acusar perpetradores e facultar a sobreviventes acesso a reparações. Algumas autoridades levaram a cabo, elas próprias, violência, por exemplo, punindo mulheres por presumíveis transgressões da lei islâmica ou sujeitando homens a exames anais, equivalendo a tortura.

A discriminação enraizada na lei e na prática alicerçou a violência e manifestou-se de outras formas. Em 24 dos 149 países que monitorizou, a Amnistia Internacional registou denúncias de pessoas LGBTI serem presas ou detidas em 2020 devido à sua orientação sexual ou identidade de género.

A situação foi exacerbada pelas medidas de controlo da COVID-19. Organizações de apoio em todo o mundo reportaram um aumento marcado de violência doméstica e violência baseada no género; muitas mulheres e pessoas LGBTI foram encerradas com os seus abusadores durante o confinamento. Alguns governos tomaram medidas de emergência para assistir a sobreviventes. Contudo, muitos outros classificaram esse apoio, incluindo a saúde sexual e reprodutiva e serviços de aconselhamento, como não-essencial, levando à sua suspensão durante os confinamentos.

Algumas jurisdições categorizaram o aborto assistido da mesma forma, impactando desproporcionadamente grupos marginalizados. Outras, pelo contrário, adotaram políticas progressistas tais como permitir o acesso a pílulas abortivas através de teleconsulta para mitigar o risco de infeção. Em desenvolvimentos positivos fora do contexto da pandemia, o aborto foi descriminalizado na Argentina, na Irlanda do Norte e na Coreia do Sul. Ainda assim, o aborto permaneceu criminalizado na maioria dos países das Américas, e uma decisão judicial restringiu ainda mais o acesso ao mesmo num Estado da UE.

A nível internacional, os Estados da ONU marcaram o 25º aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim adotando uma bem-vinda declaração política para reiterar compromissos de avanço dos direitos humanos das mulheres e eliminar “todas as formas de violência e práticas danosas contra todas as mulheres e raparigas”. No entanto, estes não incluíram qualquer referência explícita a saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Por outro lado, alguns governos procuraram minar o consenso existente em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género ao continuarem tentativas de remover “direitos sexuais e reprodutivos” de compromissos internacionais de longa data, incluindo da Agenda de Mulheres, Paz e Segurança das Nações Unidas.

Os governos têm de tomar ação urgente e concertada para deter o retrocesso dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI, e implementar medidas concretas para alcançar a justiça de género. Têm também de traduzir iniciativas globais, tais como a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança, em medidas concretas para eliminar a violência com base no género, abordar as suas causas fundamentais, incluindo discriminação, e garantir a saúde sexual e reprodutiva e os direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas.

REPRESSÃO DE DISSIDÊNCIA

Muitos governos limitaram o espaço da sociedade civil de várias formas, incluindo a repressão à dissidência. Em resposta a protestos contra governantes inimputáveis, a erosão de direitos sociais e económicos e racismo estrutural (tais como aqueles liderados pelo movimento ‘Black Lives Matter’), as forças de segurança usaram indevidamente armas de fogo e armas menos letais (como o gás lacrimogéneo) matando ilegalmente centenas de pessoas e ferindo muitas mais. Também visaram defensores de direitos humanos, jornalistas e oponentes políticos com intimidação e detenção arbitrária. Algumas destas pessoas tinham exposto casos de corrupção ou violações de direitos humanos. Outras foram perseguidas no contexto de eleições manchadas por alegações credíveis de fraude ou restrições de liberdades básicas. Mulheres defensoras de direitos humanos enfrentaram com frequência riscos adicionais devido ao seu género.

Em alguns países, particularmente na Ásia e no Médio Oriente e Norte de África, as autoridades acusaram e até encarceraram defensores de direitos humanos e jornalistas usando acusações de formulação vaga, tais como espalhar desinformação, revelar segredos do Estado e insultar autoridades, ou classificaram-nos como “terroristas”. Alguns governos investiram em equipamento de vigilância digital para os visarem. Outros obstruíram a atividade de organizações de direitos humanos, incluindo a Amnistia Internacional. Na América Latina e Caraíbas, que permaneceu a região mais violenta para defensores dos direitos humanos, muitos foram mortos por grupos criminosos em ações ligadas ao Estado ou a interesses empresariais.

Algumas autoridades nas Américas e no Médio Oriente e Norte de África emitiram legislação criminalizando os comentários relacionados com a pandemia e, subsequentemente, acusaram pessoas de espalharem notícias falsas ou obstruírem decisões governamentais. Na Europa, alguns governos associaram a crise de saúde pública com preocupações de segurança nacional, e precipitaram a

aprovação de legislação de segurança nacional, incrementando - ou ameaçando incrementar – as suas capacidades de vigilância.

Para aplicar as restrições de reunião durante a pandemia, muitos governos impuseram proibições gerais de manifestações ou usaram força ilegítima, particularmente em África e nas Américas. Além disso, autoridades puniram pessoas que criticaram as ações governamentais contra a COVID-19, que expuseram violações de direitos humanos na resposta à pandemia, ou que questionaram a narrativa oficial em relação ao tema, particularmente na Ásia e no Médio Oriente e Norte de África. Centenas de pessoas foram detidas arbitrariamente e, em alguns casos, acusadas e julgadas. Em alguns países, o governo usou a pandemia como um pretexto para reprimir críticas não relacionadas com este tópico.

A nível internacional, houve progressos no Conselho de Direitos Humanos da ONU para abordar crises de direitos humanos, como na Líbia, na Venezuela e no Iémen, criando, mantendo e reforçando mecanismos de investigação que podem contribuir para acusações penais. No entanto, os Estados-membros da ONU falharam em responder de forma credível à repressão da dissidência e outros padrões de graves situações de direitos humanos em países como a China, o Egito e a Índia. Alguns governos alimentaram os problemas ao continuarem a vender equipamento de controlo de multidões e munições a Estados que muito provavelmente os usariam para cometer violações da lei internacional em situações de manutenção da ordem, bem como de conflito. Alguns violaram de maneira flagrante os embargos de armas do Conselho de Segurança da ONU.

O Tribunal Penal Internacional (TPI) abriu investigações sobre a situação no Afeganistão, e deu continuidade aquelas que estavam em curso sobre Myanmar/Bangladesh. Foram concluídas análises preliminares sobre a situação na Nigéria e na Ucrânia, com a Procuradora a anunciar a sua intenção de solicitar investigações a alegados crimes de guerra e crimes contra a humanidade. A Procuradora também solicitou uma decisão sobre o alcance da jurisdição territorial do TPI nos Territórios Palestinos Ocupados, tendo em vista a abertura de uma investigação.

No entanto, Estados mais poderosos continuaram a tentar bloquear a responsabilização por outros padrões de graves violações de direitos humanos, e a minar as respostas coletivas aos mesmos. Os EUA impuseram sanções a funcionários do TPI. A obstrução do Reino Unido (RU) foi um fator dominante na lamentável decisão do Gabinete da Procuradora de não abrir uma investigação a alegações respeitantes a militares do RU no Iraque. A China e a Rússia atacaram o quadro internacional de direitos humanos e a atuação de observadores independentes de direitos humanos da ONU. O contínuo impasse político no Conselho de Segurança do ONU prejudicou a sua capacidade para responder de forma atempada e efetiva a crises de direitos humanos.

Numa perspetiva mais alargada, vários governos dificultaram o envolvimento de atores da sociedade civil com as Nações Unidas através de represálias e intimidação. Os mecanismos e as instituições de direitos humanos da ONU também enfrentaram uma crise de financiamento e de liquidez, causada pelo pagamento atrasado ou pelo não-pagamento de contribuições por Estados-membros. Os desafios foram agravados pela pandemia.

Para construir um futuro no qual as instituições mandatadas para proteger a lei internacional possam efetivamente prevenir, responder e exigir a responsabilização por situações de repressão de dissidência e outros padrões de graves violações dos direitos humanos, todos os Estados devem reforçar e financiar por inteiro os mecanismos e as instituições de direitos humanos das Nações Unidas. Devem também cooperar plenamente com o TPI sobre casos em curso e apontar a interferência política.